

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DE MINAS GERAIS - SES - MG**ÁREA DE DIREITO****Turno: TARDE**

Tipo de Prova
2

Sr. Candidato, para ter a sua prova corrigida é obrigatório a marcação do tipo de prova no cartão de respostas. Caso não marque o tipo de prova, o cartão de respostas não será lido, e estará automaticamente eliminado do Processo Seletivo.

TRANSCREVA, NO SEU CARTÃO DE RESPOSTAS, A FRASE ABAIXO PARA O EXAME GRAFOTÉCNICO:

“Sonhar é acordar-se para dentro.” (Mario Quintana)

ATENÇÃO

Este caderno contém setenta questões de múltipla escolha, cada uma com cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E).

Verifique se este material está em ordem, caso contrário, notifique imediatamente o fiscal.

O tempo de duração da prova inclui o preenchimento do cartão de respostas.

Duração da prova: 4h

LEIA AS INSTRUÇÕES ABAIXO

Por motivo de segurança:

- O candidato só poderá retirar-se definitivamente da sala após 1 (uma) hora do início efetivo da prova.
- O candidato poderá retirar-se levando o seu caderno de questões, somente faltando 1 (uma) hora para o término da prova.
- O candidato que optar por se retirar sem levar o seu caderno de questões não poderá copiar suas respostas por qualquer meio.
- Ao terminar a prova, o candidato deverá se retirar imediatamente do local, não sendo possível nem mesmo a utilização dos banheiros e/ou bebedouros.
- Ao terminar a prova é de sua responsabilidade entregar ao fiscal o cartão de respostas assinado. Não se esqueça dos seus pertences.
- Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala até que o último candidato entregue o cartão de respostas, devendo assinar o Termo de Sala.
- O fiscal de sala não está autorizado a alterar quaisquer dessas instruções. Em caso de dúvida, solicite a presença do coordenador local.

BOA PROVA!

LÍNGUA PORTUGUESA

CONVERSA DE PAI E FILHA

- Pai, eu tenho um namorado.

Pai, que ouve isto da filha mocinha, pela primeira vez, sente uma dor muito grande. Todo sangue lhe sobe à cabeça, e o chão do mundo roda sob seus pés. Ele pensava, até então, que só a filha dos outros tinha namorado. A sua tem, também. Um namorado presunçosamente homem, sem coração e sem ternura. Um rapazola, banal, que dominará sua filha. Que a beijará no cinema e lhe sentirá o corpo, no enleio da dança. Que lhe fará ciúmes de lágrimas e revolta; pior ainda, de submissão, enganando-a com outras mocinhas. Que, quando sentir os seus ciúmes, com toda certeza, lhe dirá o nome feio e, possivelmente, lhe torcerá o braço. E ela chorará, porque o braço lhe doerá. Mas ela o perdoará no mesmo momento ou, quem sabe, não chegará, sequer, a odiá-lo. E lhe dirá, com o braço doendo ainda: "Gosto de você, mais que de tudo, só de você." Mais que de tudo e mais que dele, o pai, que nunca lhe torceu o braço. Só de você é não gostar dele, o pai. E pensará, o pai, que esse porcaria de rapaz fará a filha mocinha beber whisky, e ela, que é mocinha, ficará tonta, com o estômago às voltas. Mas terá que sorrir. E tudo o que conseguir dela será, somente, para contar aos amigos, com quem permuta as gabolices sobre suas namoradas. Ah! O pai se toma da imensa vontade de abraçar-se à filha mocinha e pedir-lhe que não seja de ninguém. De abraçá-la e rogar a Deus que os mate, aos dois, assim, abraçados, ali mesmo, antes que torçam o bracinho da filha. Como é absurda e egoisticamente irracional amor de pai! Mais que ódio de fera. Ele sabe disso e se sente um coitado. Embora sem evitar que todos esses medos, iras e zelos passem por sua cabeça, tem que saber que sua filha é igual à filha dos outros; e, como a filha dos outros, será beijada na boca. Ele, o pai, beijou a filha dos outros. Disse-lhe, com ciúme, o nome feio. E torceu-lhe o braço, até doer. Nunca pensou que sua namorada fosse filha de ninguém. Ele, o pai, humanamente lamentável, lamentavelmente humano. Ele, o pai, tem, agora, que olhar a filha com o maior de todos os carinhos e sorrir-lhe um sorriso completo de bem-querer, para que ela, em nenhum momento, sinta que está sendo perdoada. Protegida, sim. Amada, muito mais. E, quando ela repetir que tem um namorado, dizer-lhe apenas:

- Queira bem a ele, minha filha.

MARIA, Antônio. Conversa de pai e filha. Disponível em: <<https://cronicabrasileira.org.br/cronicas/5857/conversa-de-pai-e-filha>>. Acesso em: 28 abr. 2024.

Questão 1

Analisando-se a crônica apresentada, é correto afirmar que:

- (A) o pai não sabe que demonstra amor de modo egoísta;
- (B) o pai jamais tratou uma mulher de maneira rude ou ríspida;
- (C) o pai gosta muito do namorado da filha e nutre respeito pelo rapaz;
- (D) o pai está inquieto por ações já praticadas pela filha e pelo namorado dela;
- (E) o pai faz conjecturas com base nas ações que ele praticou como namorado.

Questão 2

Considerando o verbo namorar como **VERBO TRANSITIVO DIRETO**, assinale a alternativa em que a regência verbal está adequada:

- (A) Pedro namora Maria;
- (B) José namora com Rita;
- (C) Quer namorar comigo?;
- (D) Sim, eu quero namorar com você!;
- (E) Não, eu não quero namorar com ele.

Questão 3

Assinale a alternativa em que foi utilizada a mesma figura de linguagem presente na frase "Meu namorado é um deus grego":

- (A) Seu pai é uma fera!;
- (B) Vou dormir na minha mãe;
- (C) Sua sogra é como uma cobra;
- (D) Comprei duas cabeças de alho;
- (E) Você é desprovido de inteligência.

Questão 4

Na frase "**PAI**, eu tenho um namorado", a palavra **PAI** foi empregada como vocativo. Considerando a crônica apresentada, assinale a alternativa em que o termo destacado também foi empregado como vocativo.

- (A) Queira bem a ele, **MINHA FILHA**;
- (B) Só de você é não gostar dele, **O PAI**;
- (C) Ele, **O PAI**, beijou a filha dos outros;
- (D) Protegida, sim. **AMADA**, muito mais;
- (E) Um rapazola, **BANAL**, que dominará sua filha.

Questão 5

Na frase “A professora solicitou que o aluno retornasse ao **ASSENTO** e que escrevesse a palavra com **ACENTO** no caderno”, os termos em destaque são homônimos. Assinale a alternativa que também apresenta um par de **HOMÔNIMOS**:

- (A) fluir - fruir;
- (B) descrição - discricção;
- (C) mandado - mandato;
- (D) eminente - iminente;
- (E) incipiente - insipiente.

Questão 6

Assinale a alternativa em que a concordância verbal está correta:

- (A) fazem vinte anos que eu trabalho aqui;
- (B) haviam muitos conflitos naquela família;
- (C) devem existir muitas vagas de emprego;
- (D) devem haverem muitos professores na escola;
- (E) vai fazerem três anos que iniciamos o trabalho.

Questão 7

Considerando a crônica apresentada, assinale a alternativa que melhor descreve a reação do pai ao ouvir que a filha tem um namorado:

- (A) o pai fica plácido e brando;
- (B) o pai fica eufórico e jubiloso;
- (C) o pai fica empolgado e contente;
- (D) o pai fica nervoso e desnorreado;
- (E) o pai fica regozijado e entusiasmado.

Questão 8

No trecho “**EMBORA** sem evitar que todos esses medos, iras e zelos passem por sua cabeça, tem que saber que sua filha é igual à filha dos outros”, a conjunção **EMBORA** estabelece uma relação de:

- (A) causa;
- (B) tempo;
- (C) condição;
- (D) concessão;
- (E) proporção.

Questão 9

Assinale a alternativa que apresenta todas as palavras grafadas segundo a ortografia oficial da língua portuguesa:

- (A) mormasso - admissão - exterco - fuzil;
- (B) transmição - expressão - estorvo - azia;
- (C) progresso - pança - chuchu - perspicaz;
- (D) mormaço - admição - enchugar - caçula;
- (E) assado - caçula - enchugar - expectativa.

Questão 10

Considerando o trecho abaixo:

“Ele, o pai, beijou a filha dos outros. Disse-lhe, com ciúme, o nome feio. E torceu-lhe o braço, até doer. Nunca pensou que sua namorada fosse filha de ninguém. Ele, o pai, humanamente lamentável, lamentavelmente humano.”

Assinale a alternativa que indica, respectivamente, a classe gramatical dos termos **HUMANAMENTE**, **LAMENTÁVEL**, **LAMENTAVELMENTE** e **HUMANO**:

- (A) verbo, adjetivo, verbo, adjetivo;
- (B) advérbio, verbo, advérbio, adjetivo;
- (C) pronome, advérbio, adjetivo, verbo;
- (D) advérbio, adjetivo, advérbio, adjetivo;
- (E) adjetivo, advérbio, adjetivo, advérbio.

Questão 11

Considere as frases abaixo:

- 1 - **NUNCA** pensou que sua namorada fosse filha de ninguém;
- 2 - E tudo o que conseguir dela será, **SOMENTE**, para contar aos amigos [...]; e
- 3 - Mas ela o perdoará no mesmo momento ou, quem sabe, não chegará, **SEQUER**, a odiá-lo.

Assinale a alternativa que substitui os termos em destaque sem alteração de sentido das frases e com valor semântico correspondente:

- (A) 1 - apenas, 2 - ao menos, 3 - outrora;
- (B) 1 - jamais, 2 - apenas, 3 - ao menos;
- (C) 1 - porventura, 2 - outrora, 3 - alguém;
- (D) 1 - decerto, 2 - porventura, 3 - adiante;
- (E) 1 - debalde, 2 - provavelmente, 3 - ao menos.

Questão 12

Assinale a alternativa que apresenta a relação adequada entre **SUBSTANTIVO** e **VERBO**:

- (A) poeira - pôr;
- (B) briga - obrigar;
- (C) diversão - divergir;
- (D) estiagem - estimar;
- (E) confusão - confundir.

NOÇÕES DE DIREITO**Questão 13**

A respeito do processo legislativo brasileiro, é correto afirmar que:

- (A) compreende a elaboração de emendas provisórias, tratados internacionais e leis complementares;
- (B) poderá ser objeto de deliberação a proposta de emenda que tende a abolir a forma federativa de Estado;
- (C) a emenda à Constituição Federal de 1988 será promulgada pela Mesa da Câmara dos Deputados, com o respectivo número de ordem;
- (D) a Constituição Federal de 1988 poderá ser emendada na vigência de estado de defesa ou de estado de sítio;
- (E) a proposta de emenda constitucional será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros.

Questão 14

Considerando as disposições constitucionais sobre as normas gerais do Direito Financeiro, assinale a opção correta:

- (A) o Direito Financeiro é um ramo do direito privado que analisa e detalha a atividade financeira do Estado, servindo de base para o estudo do orçamento público, das receitas e das despesas públicas;
- (B) o modelo orçamentário brasileiro compõe-se de três instrumentos: Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual;
- (C) cabe à lei complementar instituir o plano plurianual;
- (D) à lei ordinária cabe dispor acerca do exercício financeiro da lei orçamentária anual;
- (E) o Direito Financeiro é um ramo do Direito econômico que cuida das despesas realizadas pela administração pública, sendo que a receita arrecadada fica a cargo do direito tributário.

Questão 15

O atual Código Civil Brasileiro foi instituído pela Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Acerca do objeto e da divisão do Código Civil, assinale a afirmativa correta:

- (A) a estrutura básica do Código Civil está dividida em uma Parte Geral, que se compõe de dois livros e, uma Parte Especial, essa dividida em seis livros;
- (B) a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro – LINDB (Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942) recebeu esse nome com o advento da Lei nº 12.376/2010, sendo anteriormente chamada de Lei de Introdução ao Código Civil – LICC. Tal mudança nominativa reflete o caráter universal da LINDB, uma vez que suas normas se estendem a todo direito, e não somente ao Direito Civil;
- (C) são direitos reais: a propriedade; a superfície; as servidões e os contratos de locação;
- (D) salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar no país na data de sua publicação;
- (E) a lei da nacionalidade da pessoa determina as regras sobre o começo e o fim da personalidade, o nome, a capacidade e os direitos de família.

Questão 16

Sobre o Direito do Trabalho assinale a alternativa correta:

- (A) tem por finalidade assegurar melhores condições econômicas da empresa;
- (B) tem por objeto o estudo da relação insubordinada entre empregado e empregador;
- (C) tem por finalidade proteger o empregador, polo mais vulnerável da relação de trabalho;
- (D) tem por objeto o trabalhador, qualificado como objeto de direito, e não sujeito de direito;
- (E) tem por finalidade estabelecer regras mínimas de proteção ao trabalhador.

Questão 17

O Código Tributário Nacional define tributo como “toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção ou ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada”. Considerando a definição do CTN, assinale a afirmativa que não representa uma das características da definição de tributo:

- (A) prestação compulsória;
- (B) prestação pecuniária;
- (C) atividade administrativa não vinculada;
- (D) prestação instituída em lei;
- (E) prestação que não constitui sanção de ato ilícito.

Questão 18

A elaboração de leis delegadas é da competência do:

- (A) Congresso Nacional;
- (B) Presidente da República;
- (C) Supremo Tribunal Federal;
- (D) Procurador-Geral da República;
- (E) Advogado-Geral da União.

Questão 19

Sobre o Direito Penal, assinale a opção correta:

- (A) a Parte Especial do Código Penal trata das contravenções penais;
- (B) o Direito Penal é o ramo do direito privado que tem como objetivo a regulamentação do poder do Estado;
- (C) o princípio da legalidade significa que ninguém será punido senão em virtude de lei posterior que defina o crime e estabeleça a pena;
- (D) o Direito Penal é o conjunto de normas jurídicas que regulam o poder punitivo do Estado, tendo em vista os fatos de natureza criminal e as medidas aplicáveis a quem pratica;
- (E) a Parte Geral do Código Penal trata dos crimes de menor potencial ofensivo.

Questão 20

A Medida Provisória é ato normativo editado pelo Presidente da República, que quando aprovada pelo Congresso Nacional, pode ser convertida em:

- (A) resolução;
- (B) decreto;
- (C) emenda constitucional;
- (D) lei;
- (E) portaria.

Questão 21

O Direito Penal disciplina o poder punitivo limitado do Estado, por isso regido pelo princípio da:

- (A) irretroatividade da lei penal mais benéfica;
- (B) individualização da pena;
- (C) intervenção máxima sobre a liberdade individual;
- (D) desproporcionalidade;
- (E) dupla punição pelo mesmo fato.

Questão 22

Os atos administrativos possuem determinados atributos que os distinguem dos atos de direito privado. Entre tais atributos está a característica do ato administrativo ser:

- (A) facultativo;
- (B) autoexecutável;
- (C) atípico;
- (D) inverídico;
- (E) ilegítimo.

Questão 23

Acerca dos princípios constitucionais do Direito Processual Civil, assinale a alternativa correta:

- (A) aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes, traduz o princípio da duração razoável do processo;
- (B) ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente, traduz o princípio da indeclinabilidade da jurisdição;
- (C) ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal, traduz o princípio do devido processo legal;
- (D) a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito, traduz o princípio do juiz natural;
- (E) a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação, traduz o princípio do duplo grau de jurisdição.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

Questão 24

Victor está usando a interface do Windows 10 e quer um recurso que permita de modo direto e imediato um rápido acesso às diversas configurações e alertas enviados pelo sistema operacional. Nesse caso, ele deve acessar a(o):

- (A) barra de tarefas;
- (B) microsoft edge;
- (C) central de notificações;
- (D) microsoft defender firewall;
- (E) editor de registro.

Questão 25

Roberto foi questionado sobre qual seria o servidor da sua rede local que é responsável por localizar e converter para endereços IP os endereços dos sites que são digitados no seu navegador da internet. Ele apontou o servidor:

- (A) de arquivos;
- (B) DNS;
- (C) de aplicações
- (D) DHCP;
- (E) de comunicação.

Questão 26

Úrsula não possui nenhum programa específico para realizar uma cópia de segurança dos dados. Neste caso, ela deve utilizar um backup:

- (A) normal;
- (B) incremental;
- (C) diário;
- (D) de cópia;
- (E) diferencial.

Questão 27

Júlia percebeu que os softwares maliciosos ou *malwares* podem infectar ou comprometer um computador de diversas formas. Ela identificou três *malwares* no seu computador:

- (A) spyware, worm e trojans;
- (B) adware, rootkit e engenharia social;
- (C) worm, spyware e captchas;
- (D) flood, backdoor e rootkits;
- (E) hoax, adware e worm.

SUS/MG

Questão 28

Conforme a Lei Complementar nº 141/2012 o Poder Legislativo, diretamente ou com o auxílio dos Tribunais de Contas, do sistema de auditoria do SUS, do órgão de controle interno e do Conselho de Saúde de cada ente da Federação, sem prejuízo do que dispõe esta Lei Complementar, fiscalizará o cumprimento das normas desta Lei Complementar, com ênfase no que diz respeito:

- (A) aos processos informatizados de declaração, armazenamento e exportação dos dados;
- (B) à realização de cálculo automático dos recursos mínimos aplicados em ações e serviços públicos de saúde previstos nesta Lei Complementar;
- (C) à obrigatoriedade de registro e atualização permanente dos dados pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios;
- (D) ao montante e fonte dos recursos aplicados no período;
- (E) à elaboração e execução do Plano de Saúde Plurianual.

Questão 29

O Sistema Único de Saúde (SUS) é o conjunto de ações e serviços de saúde, prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, da Administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo Poder Público. Sobre o tema assinale a alternativa correta:

- (A) a iniciativa privada participa do SUS em caráter suplementar;
- (B) o dever do Estado exclui o das pessoas, da família, das empresas e da sociedade;
- (C) a saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício;
- (D) os níveis de saúde expressam a organização administrativa e econômica do País;
- (E) estão incluídas no SUS as instituições privadas de controle de qualidade, pesquisa e produção de insumos e medicamentos.

Questão 30

A Lei Complementar nº 141/2012 define para efeito da apuração da aplicação dos recursos mínimos aqui estabelecidos, serão consideradas despesas com ações e serviços públicos de saúde as referentes a:

- (A) pagamento de aposentadorias e pensões, inclusive dos servidores da saúde;
- (B) assistência à saúde que não atenda ao princípio de acesso universal;
- (C) capacitação do pessoal de saúde do Sistema Único de Saúde (SUS);
- (D) limpeza urbana e remoção de resíduos;
- (E) ações de assistência social.

Questão 31

O Decreto nº 7.508/2011 define em seu Art. 2º alguns conceitos importantes e atuais. Sobre o tema, assinale a alternativa correta:

- (A) portas de entrada são os serviços de saúde específicos para o atendimento da pessoa que, em razão de agravo ou de situação laboral, necessita de atendimento especial;
- (B) rede de atenção à saúde refere-se às instâncias de pactuação consensual entre os entes federativos para definição das regras da gestão compartilhada do SUS;
- (C) região de saúde é o espaço geográfico contínuo constituído por agrupamentos de Municípios limítrofes, delimitado a partir de identidades culturais, econômicas e sociais e de redes de comunicação e infraestrutura de transportes compartilhados;
- (D) serviços especiais de acesso aberto são os serviços de atendimento inicial à saúde do usuário no SUS;
- (E) portas de entrada são um acordo de colaboração firmado entre entes federativos com a finalidade de organizar e integrar as ações e serviços de saúde na rede regionalizada e hierarquizada.

Questão 32

Quanto à aplicação de recursos em ações e serviços públicos de saúde definida na Lei Complementar nº 141/2012 é correto afirmar que:

- (A) a União aplicará, anualmente, em ações e serviços públicos de saúde, no mínimo 7% do seu orçamento;
- (B) os Estados e o Distrito Federal aplicarão, anualmente, em ações e serviços públicos de saúde, no mínimo 12% do seu orçamento;
- (C) os Estados e o Distrito Federal aplicarão, mensalmente, em ações e serviços públicos de saúde, no mínimo 12% do seu orçamento;
- (D) os Municípios e o Distrito Federal aplicarão, anualmente, em ações e serviços públicos de saúde, no mínimo 13% do seu orçamento;
- (E) os Municípios e o Distrito Federal aplicarão, mensalmente, em ações e serviços públicos de saúde, no mínimo 15% do seu orçamento;

Questão 33

O Regimento Interno do Conselho Estadual de Saúde de Minas Gerais observará, no exercício de suas atribuições, as seguintes diretrizes básicas e prioritárias, estabelecidas no Plano Estadual de Saúde:

- (A) o aprofundamento de cobertura universal e melhoria da qualidade ambiental e cuidados com a saúde pública nos âmbitos coletivo e individual;
- (B) a constituição em pleno desenvolvimento de estâncias colegiadas gestoras das ações de saúde no nível local, com ampla garantia de participação das representações dos trabalhadores e da democracia nas decisões;
- (C) a centralização, hierarquização, regionalização, Municipalização e distribuição dos serviços de saúde, instituindo-se um sistema de referência e contra referência, com eficiência e eficácia, conforme as características produtivas ecológicas e epidemiológica de cada região de saúde e do município;
- (D) estabelecer a política de formação de recursos humanos para a saúde no Estado de Minas Gerais, definindo diretrizes quantitativas e de regionalização de cursos de nível 1º, 2º e 3º grau sob regime de mestrado e doutorado profissional;
- (E) a descentralização produtiva das ações de saúde através de mecanismos de incremento de responsabilidade dos níveis locais.

Questão 34

O Conselho de Secretarias Municipais de Saúde de Minas Gerais (COSEMS/MG) é definido em seu estatuto como:

- (A) associação de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial, de duração indeterminada;
- (B) sociedade de direito público, com fins lucrativos, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial, de duração indeterminada;
- (C) associação de direito público, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial, de duração indeterminada;
- (D) associação de direito privado, com fins lucrativos, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial, de duração indeterminada;
- (E) associação de direito público/privado, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial, de duração indeterminada.

Questão 35

A Lei nº 12.466/2011 reconhece como foros de negociação e pactuação entre os gestores, quanto aos aspectos operacionais do Sistema Único de Saúde (SUS):

- (A) comissão intergestores bipartite e conselho nacional de secretários de saúde;
- (B) conselho nacional de secretarias estaduais de saúde e comissão intergestores tripartite;
- (C) comissão de saúde e conselho nacional de saúde;
- (D) congresso nacional e comissão intergestores regional;
- (E) comissões intergestores bipartite e tripartite.

Questão 36

Não constituirão despesas com ações e serviços públicos de saúde, para fins de apuração dos percentuais mínimos de que trata a Lei Complementar nº 141/2012, aquelas decorrentes de:

- (A) manejo ambiental vinculado diretamente ao controle de vetores de doenças;
- (B) gestão do sistema público de saúde e operação de unidades prestadoras de serviços públicos de saúde;
- (C) saneamento básico, inclusive quanto às ações financiadas e mantidas com recursos provenientes de taxas, tarifas ou preços públicos instituídos para essa finalidade;
- (D) remuneração do pessoal ativo da área de saúde em atividade nas ações de que trata este artigo, incluindo os encargos sociais;
- (E) produção, aquisição e distribuição de insumos específicos dos serviços de saúde do SUS, tais como: imunobiológicos, sangue e hemoderivados, medicamentos e equipamentos médico-odontológicos.

Questão 37

Conforme a Lei nº 12.401/2011 são produtos de interesse para a saúde:

- (A) bolsas coletoras;
- (B) blocos de anotação;
- (C) canetas refletoras;
- (D) baldes;
- (E) luz de emergência.

Questão 38

O Decreto nº 7.508/2011 define que o acesso universal, igualitário e ordenado às ações e serviços de saúde se inicia pelas Portas de Entrada do Sistema Único de Saúde (SUS). Sobre o tema, assinale a alternativa correta:

- (A) a atenção hospitalar é definida como porta de entrada;
- (B) os serviços ambulatoriais especializados serão referenciados pelas portas de entrada definidas no Decreto nº 7.508/2011;
- (C) a atenção de urgência e emergência ordena o acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde;
- (D) a população indígena seguirá o mesmo regramento para acesso às ações e serviços de saúde;
- (E) cabe ao Conselho Nacional de Saúde pactuar as regras de continuidade do acesso às ações e aos serviços de saúde.

Questão 39

O documento legal que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes:

- (A) lei nº 2.436/2017;
- (B) lei nº 141/2012;
- (C) lei nº 7.498/1986;
- (D) lei nº 8.080/1990;
- (E) lei nº 12.401/2011

Questão 40

De acordo com a Lei nº 8.080/1990 compete à direção estadual do Sistema Único de Saúde (SUS):

- (A) executar ações de saúde bucal;
- (B) estabelecer normas, em caráter suplementar, para o controle e avaliação das ações e serviços de saúde;
- (C) formar consórcios administrativos intermunicipais;
- (D) identificar os serviços estaduais e municipais de referência nacional para o estabelecimento de padrões técnicos de assistência à saúde;
- (E) gerir laboratórios públicos de saúde e hemocentros.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Questão 41

A Ordem Econômica e Financeira é fundada em um conjunto de princípios, diretrizes e regras que orientam a organização e o funcionamento da economia e das finanças públicas no país. Dentre os princípios que regem a ordem econômica e financeira, estabelecidos na Constituição Federal de 1988, podemos apontar:

- (A) propriedade privada e fim das desigualdades sociais e regionais;
- (B) soberania nacional e reforma agrária;
- (C) propriedade privada e a defesa de sua função social, garantido o tratamento favorecido a todas as microempresas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País;
- (D) função social da propriedade e defesa do meio ambiente;
- (E) emprego e defesa do consumidor.

Questão 42

Ao Estado é assegurado o poder de tributar, com o propósito de realizar os objetivos e programas da Constituição Federal de 1988, porém com certas limitações em nome das liberdades fundamentais previstas no texto constitucional. Nesse sentido, os entes da Federação brasileira podem instituir impostos sobre:

- (A) as entidades religiosas e templos de qualquer culto;
- (B) o papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos;
- (C) as organizações assistenciais e beneficentes de entidades religiosas;
- (D) os fonogramas e videofonogramas musicais produzidos no exterior;
- (E) o patrimônio, renda ou serviços das fundações dos partidos políticos.

Questão 43

Considerando que o art. 170 da Constituição Federal de 1988 estabelece que a ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, deve assegurar a todos, existência digna, pode-se afirmar que:

- (A) como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado;
- (B) ressalvados os casos previstos na Constituição Federal de 1988, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei complementar;
- (C) as empresas públicas e as sociedades de economia mista gozam de privilégios fiscais editados especificamente para o setor público;
- (D) as jazidas, em lavra ou não, e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituem propriedade distinta da do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento, e pertencem aos Estados, garantida à União a propriedade do produto da lavra;
- (E) a ordem econômica da Constituição Federal de 1988 não adotou o modelo capitalista, para garantir ao indivíduo a livre iniciativa e a valorização do trabalho humano.

Questão 44

Sobre a liberdade profissional e sindical, conforme a Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta:

- (A) para a fundação de sindicato é necessária a autorização do Estado;
- (B) o Estado pode intervir na organização de sindicatos;
- (C) membros de determinada categoria profissional são obrigados a filiar-se ao respectivo sindicato;
- (D) é facultativo aos sindicatos a participação em negociações coletivas de trabalho;
- (E) o aposentado filiado tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais.

Questão 45

De acordo com a Constituição Federal de 1988, os atos de improbidade administrativa importarão a:

- (A) perda de direitos políticos;
- (B) suspensão da função pública;
- (C) suspensão de direitos políticos;
- (D) perda dos direitos sociais e econômicos;
- (E) suspensão dos direitos sociais e econômicos.

Questão 46

Conforme a Constituição Federal de 1988 a defesa da saúde é matéria de competência legislativa reservada:

- (A) à União;
- (B) aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios;
- (C) à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Territórios existentes;
- (D) à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios;
- (E) à União, aos Estados, ao Distrito Federal.

Questão 47

Os remédios constitucionais são garantias com o propósito de proteção dos direitos individuais, coletivos e difusos das pessoas. Entre os remédios gratuitos conforme a Constituição Federal de 1988 estão:

- (A) o Habeas Corpus e o Mandado de Segurança;
- (B) o Habeas Corpus e o Mandado de Injunção;
- (C) o Habeas Corpus e o Habeas Data;
- (D) o Habeas Corpus e a Ação Civil Pública;
- (E) o Habeas Corpus e a Tutela de Urgência.

Questão 48

Acerca do sistema federativo adotado pelo Brasil e do sistema de repartição de competências previsto na Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta:

- (A) a forma federativa de Estado poderá ser modificada por emenda constitucional;
- (B) é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência;
- (C) é competência privativa dos Estados e do Distrito Federal legislar sobre a seguridade social;
- (D) os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, por lei ordinária;
- (E) o Distrito Federal é a Capital Federal.

Questão 49

Segundo a Constituição Federal de 1988 a Ordem Social tem como objetivo:

- (A) a dignidade da pessoa humana;
- (B) erradicar a pobreza e reduzir as desigualdades regionais;
- (C) primado do trabalho;
- (D) bem-estar e a justiça sociais;
- (E) prevalência dos direitos humanos.

Questão 50

O Distrito Federal é um ente sui generis da Federação Brasileira. Entre suas características está:

- (A) a proibição constitucional de sua divisão em municípios;
- (B) a sua organização político-administrativa por uma constituição distrital;
- (C) o Prefeito do Distrito Federal como chefe do Poder Executivo distrital;
- (D) a atribuição ao Distrito Federal das competências legislativas reservadas à União;
- (E) a sua divisão em municípios, entre eles Brasília.

Questão 51

Sobre o Poder Judiciário e as competências de seus órgãos previstas na Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta:

- (A) compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe processar e julgar, originariamente, nos crimes comuns, os Governadores dos Estados e do Distrito Federal, e, nestes e nos de responsabilidade, os desembargadores dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal;
- (B) compete aos Tribunais Regionais Federais processar e julgar, originariamente, as ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho;
- (C) compete privativamente aos Tribunais de Justiça julgar os juízes estaduais e do Distrito Federal e Territórios, bem como os membros do Ministério Público, nos crimes comuns e de responsabilidade, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral;
- (D) compete ao Superior Tribunal de Justiça, processar e julgar, originariamente, as causas fundadas em tratado ou contrato da União com Estado estrangeiro ou organismo internacional;
- (E) o Supremo Tribunal Federal compõe-se de quinze Ministros, escolhidos dentre brasileiros natos ou naturalizados com mais de trinta e cinco e menos de setenta anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada.

Questão 52

Sobre a possibilidade de acesso dos estrangeiros aos cargos, empregos e às funções da administração pública, assinale a alternativa correta conforme a Constituição Federal de 1988:

- (A) os cargos, empregos e as funções públicas não são acessíveis aos estrangeiros, ressalvadas as nomeações para cargos em comissão e as funções de confiança;
- (B) os cargos, empregos e as funções públicas são acessíveis aos estrangeiros, desde que preencham os requisitos estabelecidos em lei;
- (C) os cargos, empregos e as funções públicas não são acessíveis aos estrangeiros, tampouco os cargos em comissão e as funções de confiança;
- (D) os cargos, empregos e as funções públicas são acessíveis aos estrangeiros, que ficam dispensados de aprovação prévia em concurso público;
- (E) os cargos, empregos e as funções públicas não são acessíveis aos estrangeiros, ainda que preencham os requisitos estabelecidos em lei.

Questão 53

O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) é parte integrante da estrutura da Constituição Federal de 1988. Caracteriza-se por ser composto de normas constitucionais de eficácia exaurida, que se destinam a regular determinada situação jurídica e após a extinção desta, não produzem mais efeitos. A respeito das normas do ADCT, assinale a alternativa correta:

- (A) elas são normas constitucionais formais;
- (B) elas são normas constitucionais imutáveis;
- (C) elas são normas constitucionais flexíveis;
- (D) elas são normas constitucionais permanentes;
- (E) elas são normas constitucionais não escritas.

Questão 54

Acerca das normas gerais do Direito Financeiro, previstas na Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta:

- (A) cabe à lei ordinária, de iniciativa do Poder Legislativo, estabelecer o plano plurianual;
- (B) cabe à lei ordinária dispor sobre a elaboração e a organização da lei de diretrizes orçamentárias;
- (C) cabe à lei complementar, de iniciativa do Poder Executivo, estabelecer o orçamento anual;
- (D) os projetos de lei relativos ao plano plurianual serão apreciados por uma das Casas do Congresso Nacional;
- (E) cabe à lei complementar dispor sobre finanças públicas e a emissão e resgate de títulos da dívida pública.

Questão 55

A Constituição Federal de 1988 estabelece a competência dos Estados e do Distrito Federal para instituir os seguintes impostos sobre:

- (A) propriedade predial e territorial urbana;
- (B) operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários;
- (C) operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior;
- (D) transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição;
- (E) renda e proventos de qualquer natureza.

Questão 56

A associação Y é dedicada a fins ilícitos e possui estrutura paramilitar. Ao tomar conhecimento de sua existência, autoridade competente do Ministério Público requer a dissolução compulsória da referida associação, que ocorrerá, conforme a Constituição Federal de 1988, mediante decisão:

- (A) do Presidente da República;
- (B) do Ministro da Justiça;
- (C) do Poder Judiciário;
- (D) do Congresso Nacional;
- (E) do Procurador-Geral da República.

Questão 57

Ao Tribunal de Contas da União, que auxilia o Congresso Nacional na fiscalização contábil, financeira e orçamentária da União, compete:

- (A) avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual da União;
- (B) exercer o controle das operações de crédito da União;
- (C) fiscalizar as contas de empresas estrangeiras;
- (D) aplicar sanção ao Presidente da República quando não prestar contas anualmente;
- (E) representar ao Poder competente sobre irregularidades ou abusos cometidos.

Questão 58

O poder dos estados-membros da Federação brasileira de elaborarem suas próprias constituições, observados os princípios da Constituição Federal de 1988, é denominado de:

- (A) poder constituinte derivado reformador;
- (B) poder constituinte originário;
- (C) poder constituinte derivado decorrente;
- (D) poder constituinte derivado revisor;
- (E) poder constituinte difuso.

Questão 59

De acordo com o texto da Constituição Federal de 1988 as finanças públicas tratam de matéria a ser disposta mediante:

- (A) lei ordinária;
- (B) medida provisória;
- (C) lei complementar;
- (D) decreto legislativo;
- (E) resolução.

Questão 60

O princípio da laicidade, conforme previsto na Constituição Federal de 1988, permite os entes da Federação Brasileira de:

- (A) estabelecer cultos religiosos ou igrejas;
- (B) subvencionar cultos religiosos ou igrejas;
- (C) embaraçar o funcionamento de cultos religiosos ou igrejas;
- (D) colaborar com cultos religiosos ou igrejas, na forma da lei, em nome do interesse público;
- (E) manter relações de dependência ou aliança com cultos religiosos ou igrejas.

Questão 61

Acerca do Poder Legislativo, sua estrutura, atribuições e funções, assinale a alternativa correta:

- (A) é da competência exclusiva do Congresso Nacional, resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional;
- (B) compete privativamente ao Congresso Nacional, processar e julgar o Presidente e o Vice-Presidente da República nos crimes de responsabilidade, bem como os Ministros de Estado e os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica nos crimes da mesma natureza conexos com aqueles;
- (C) o Poder Legislativo é exercido pelo Congresso Nacional, que se compõe da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Cada legislatura terá a duração de cinco anos;
- (D) compete privativamente ao Senado Federal, autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado;
- (E) os Deputados e Senadores, desde a expedição do diploma, serão submetidos a julgamento perante o Superior Tribunal de Justiça.

Questão 62

Ronaldo, profissional da saúde, ocupa dois cargos públicos, um num hospital federal e outro num hospital estadual. Laerte, enfermeiro que trabalha no mesmo hospital federal que Ronaldo, fica ciente do acúmulo de cargos pelo colega e resolve denunciá-lo ao órgão competente. De acordo com as regras da Constituição Federal de 1988 sobre a acumulação remunerada de cargos públicos, Ronaldo:

- (A) será demitido do hospital federal, pois a Constituição Federal de 1988 veda a acumulação remunerada de cargos públicos para qualquer profissional;
- (B) será demitido do hospital federal, pois a Constituição Federal de 1988 permite a acumulação remunerada de cargos públicos para professores, mas não a profissionais da saúde;
- (C) não será demitido do hospital federal, pois a Constituição Federal de 1988 permite a acumulação remunerada de cargos públicos para qualquer profissional;
- (D) não será demitido do hospital federal, pois a Constituição Federal de 1988 permite a acumulação remunerada de cargos públicos a profissionais da saúde, quando houver compatibilidade de horários;
- (E) será demitido do hospital federal, pois a Constituição Federal de 1988 veda a acumulação remunerada de cargos públicos a profissionais de saúde, ainda que haja compatibilidade de horários.

Questão 63

Estabelece o artigo 150 da Constituição Federal de 1988 que:

“Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça”.

O princípio do Direito Tributário relacionado à norma constitucional transcrita anteriormente é o:

- (A) princípio da anterioridade;
- (B) princípio da legalidade;
- (C) princípio da irretroatividade;
- (D) princípio da isonomia;
- (E) princípio da capacidade contributiva.

Questão 64

Os princípios orçamentários são diretrizes de Direito Financeiro que se aplicam direta e imediatamente à confecção do orçamento pelo Estado; são normas especificamente voltadas à elaboração do orçamento público. O princípio que estabelece a necessidade de todas as receitas e despesas estarem previstas na Lei Orçamentária Anual, segundo o qual devem estar contidos no orçamento os aspectos do programa orçamentário de cada órgão, o que inclui as previsões de receitas e despesas e, também, as explicações sobre os objetivos, metas e metodologia que o Governo pretende adotar na realização das despesas previstas é denominado princípio da:

- (A) publicidade;
- (B) universalidade;
- (C) do equilíbrio orçamentário;
- (D) anualidade;
- (E) unidade.

Questão 65

A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social. A seguridade social está organizada de acordo com os seguintes objetivos:

- (A) redutibilidade do valor dos benefícios;
- (B) seletividade e distributividade na forma de participação no custeio;
- (C) equidade na prestação dos benefícios e serviços;
- (D) uniformidade e diversidade dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais;
- (E) universalidade da cobertura e do atendimento.

Questão 66

De acordo com a Constituição Federal de 1988, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir os seguintes tributos:

- (A) empréstimos compulsórios, em razão do exercício do poder de polícia;
- (B) impostos, para atender despesas extraordinárias;
- (C) contribuições sociais pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis;
- (D) taxas, com base de cálculo própria dos impostos;
- (E) contribuição de melhoria, em razão de obras públicas.

Questão 67

O Poder Constituinte Originário é aquele que inaugura uma nova ordem constitucional, seja no momento de formação de um novo Estado, seja no momento de ruptura com a ordem anterior. Possui características próprias, entre elas, a de ser:

- (A) limitado;
- (B) condicionado;
- (C) final;
- (D) derivado;
- (E) inicial.

Questão 68

Segundo o artigo 196 da Constituição Federal de 1988, a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas. Tendo em vista o tema delimitado, analise as afirmativas a seguir e assinale a correta:

- (A) a pessoa que participa de Regime Próprio de Previdência poderá, de maneira facultativa, filiar-se ao Regime Geral de Previdência Social;
- (B) uma das formas de financiamento da seguridade social são as contribuições sociais do trabalhador, podendo ser adotadas alíquotas progressivas de acordo com o valor do salário de contribuição;
- (C) é vedada a participação das instituições privadas no financiamento do sistema único de saúde;
- (D) é permitida a participação direta ou indireta de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no País;
- (E) o texto constitucional assegura expressamente que a seguridade social será financiada pelas contribuições sociais dos aposentados e pensionistas concedidas pelo Regime Geral de Previdência Social.

Questão 69

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Tendo em vista o tema delineado, analise as afirmativas a seguir e assinale a correta:

- (A) é permitida a cobrança de taxas no Ensino Fundamental público, para que o estabelecimento ofereça programas educacionais suplementares de qualidade superior;
- (B) a educação básica obrigatória e gratuita se aplica dos 6 aos 14 anos, garantindo assim sua oferta gratuita a todos que não tiveram acesso na idade apropriada;
- (C) o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de progressiva universalização do ensino médio gratuito;
- (D) o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 6 (seis) anos de idade;
- (E) é dever do Poder Público promover a educação ambiental no nível fundamental de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente.

Questão 70

Conforme dispõe o artigo 182 da Constituição Federal de 1988, em relação à política de desenvolvimento urbano, assinale a alternativa correta:

- (A) a política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal e estadual, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes;
- (B) o plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal e pela Assembleia Legislativa dos Estados, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana;
- (C) aquele que possuir como sua área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural;
- (D) as desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização em dinheiro ou em títulos do tesouro nacional;
- (E) os imóveis públicos podem ser adquiridos por usucapião.